V Encontro Internacional de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito Social

Assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife, PE: Conquistas e Desafios

Alice Bezerra de Mello Moura[1]
Natália Farias Menelau de Almeida[2]
Isabelle Maria de Fontes Patriota[3]
Izabella Galera[4]
Luan Silva Melo[5]

1. INTRODUÇÃO: CONHECENDO O CONFLITO FUNDIÁRIO DA COMUNIDADE DA LINHA

A Comunidade da Linha, localizada no bairro do Ibura, Região Politica Administrativa 06 (RPA 06), Zona Sul do Município do Recife, é formada pelo encontro de duas Comunidades de Interesse Social: a Sítio Santa Francisca e a CIS Paz e Amor / Beco do Michelon(SANEAR, 2014). A comunidade é formada por uma população de baixa renda, que pelo não acesso à terra urbanizada, deram a si mesmas uma solução habitacional, ocupando áreas consideradas de baixo valor econômico e alto risco ambiental, como as encostas de morros, os alagados e no caso da Comunidade da Linha, as faixas de domínio de uma conexão férrea subutilizada, o Ramal Edgard Werneck, que faz ligação entre os eixos Sul e Centro do Metrô do Recife.

Em 2011, os moradores/as foram surpreendidos com a abertura de processos judiciais por parte da empresa Ferrovia Transnordestina Logística (FTL)2, que atualmente faz a gestão da malha ferroviária nordestina da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Segundo o contrato de gestão da malha ferroviária, a concessionária tem o dever de manter as condições de segurança operacional e cumprir as normas aplicáveis à ferrovia, dentre as quais, a FLT alega que está a de reivindicar judicialmente ocupações que venham a ocorrer nas faixas de domínio, que representam

[1] Antropóloga, atualmente faz doutorado em Ciências Sociais Interdisciplinar na Université du Québec en Outaouais (UQO) no Canadá.
[2] Advogada do Centro Popular de Direitos Humanos-CPDH, ong que atua com conflitos fundiários e atualmente mestranda em Desenvolvimento Urbano na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[3] Geógrafa, mestranda em Desenvolvimento Urbano na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[4] Professora de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[5] Urbanista, mestrando em na Universidade de São Paulo (USP).

a extensão de terras com até 21m paralelos para cada lado da linha, como previsto no Art. 4º, inc. III-A, da Lei Federal de Uso e Ocupação do Solo nº. 6.766/79.

Mesmo sem a FTL possuir um projeto objetivo para a área e sem exercer monitoramento da área ao redor da linha Férrea, ingressou com seis ações de reintegração de posse, cada uma contra cerca de 20 famílias, fragmentando a visão sobre o impacto social das decisões e possibilitando que entendimentos divergentes sobre que extensão de terras que deveriam ser liberadas nas faixas paralelas à linha fossem tomados. Tal fragmentação estabeleceu uma grande insegurança jurídica no caso da Comunidade da Linha, em virtude da existência de decisões judiciais conflitantes e que variam entre o reconhecimento ao direito à moradia ou remoções das casas que encontram-se na distância de 6m, 15m ou até 21m, potencializando a instabilidade das moradoras e dos moradores.

Em fevereiro de 2021, em plena pandemia da COVID-19, chegou à comunidade a notícia de execução da sentença de um dos cinco processos judiciais que tramitam na Justiça Federal em face de 20 famílias, indicando a reintegração da posse da área e autorizando a demolição das construções no local, sem apresentar nenhuma solução habitacional compensatória. Diante das ameaças surge o Coletivo a Comunidade da Linha Reiste, que junto de uma rede de assessorias técnicas (CPDH[6], CAUS[7], LEP[8]) têm realizado ações de incidência política em direção de uma solução habitacional para os moradores/as diretamente atingidos. Dentro dessas ações foi realizada uma pesquisa socioeconômica para dimensionar o impacto social das remoções no território, onde foi apontado o número de 734 pessoas na zona de remoções, distribuídas em 210 habitações. Além disso, foram realizados atos de rua, assembleias comunitárias, cine debates, oficinas de cartografia social, reuniões com agentes públicos, entre outras iniciativas que detalharemos adiante.

2. PLANEJAMENTO E CONFLITOS SOCIAIS: PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As remoções forçadas vêem crescendo exponencialmente nas cidades do Sul global e já foram objeto de várias análises (Rolnik,2017; Sassen,2014). É importante mencionar que o deslocamento forçado faz parte da lógica neoliberal de produção das

[6] Centro Popular de Direitos Humanos- CPDH.
[7] Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade.
[8] Laboratório Espaço e Política da UFPE.

cidades e afeta principalmente as populações que já se encontram em condição de vulnerabilidade social, agravando ainda mais a precariedade de suas vidas, como é o caso da Comunidade da Linha.

Nesse sentido, devemos problematizar o planejamento urbano e a própria ideia de desenvolvimento. Para que corpos estão incluídos nessa ideia de desenvolvimento? A autora Miraftab (2016) argumenta que devemos "imaginar práticas de descolonização que tornem possível um urbanismo humano" (p. 363). Inspirada na experiência dos campos de refugiados na Jordânia, ela propõe uma virada ontológica na teorização das práticas de planejamento. Outra teoria em que nos baseamos provém dos estudos antropológicos sobre deslocamento forçado, desde os estudos sobre os impactos de grandes projetos na época da construção do Estado Nação (Scott, 2009) até as análises mais recentes em decorrência da série de megaeventos sediados no Brasil, as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016 e a Copa do Mundo de 2014.

Partindo dessa base teórica, nossa experiência de trabalho na Comunidade da Linha elaborou junto aos moradores diversas atividades com o intuito de cartografar afetivamente o território e construir coletivamente ferramentas para impedir o despejo e exigir alternativas compensatórias do poder público. Aqui mencionaremos duas: o Relatório de Pesquisa Social (CAUS et al., 2021) feito através de um auto recenseamento e o Plano Emergencial de Incidência - PEI[9] (MELO et al., 2021) que apresenta alternativas concretas de mudança de trajeto.

Todo projeto que implique a remoção de pessoas deve vir acompanhado de um planejamento que apresente opções de compensação e ofereça alternativas habitacionais para minimizar os impactos socioeconômicos na vida das famílias. Entretanto, no caso do Ibura nenhuma alternativa foi apresentada para os moradores. Nem habitacional, nem indenização. As casas seriam demolidas durante a pandemia e essas famílias ficaram sem-teto e ainda responsabilizam pelas custas de demolição de suas casas.

Para realizar esse Relatório Social, elaboramos uma metodologia colaborativa onde os próprios moradores/as foram capacitados para aplicarem os questionários. O objetivo central era compreender o perfil das famílias atingidas e destacar os recortes de raça e gênero. O relatório produzido identificou 734 moradores(as) na respectiva zona, distribuídos(as) em 210 habitações.

[9] Acesso ao PEI: https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/plano_emergencial_incidencia_comunidade_linha

Neste trabalho será apresentado um resumo dos principais pontos dessa pesquisa para evidenciar a importância do auto-recenseamento em apreender informações que estão ausentes nos dados oficiais do governo, como o gênero e a racialização dos corpos das moradoras(es). É imprescindível considerar as diversas camadas de vulnerabilidade social com as quais convivem diariamente essas famílias. Uma delas é a questão de gênero. Em 2018, 12,7 mulheres foram assassinadas por dia no Brasil - 70% delas mulheres negras. No mesmo ano, foram registrados mais de sessenta mil casos de estupro de mulheres (IPEA e FBSP, 2018). Juntamente a isso, é imprescindível levarmos em conta o contexto da pandemia do COVID-19, que intensifica violações de direitos fundamentais.

Outro marcador fundamental para uma análise no contexto brasileiro é a questão racial. A importância do marcador social da raça hoje tem suas raízes na forma como se deu o fim da escravidão no Brasil. Apesar do mito da democracia racial, propagado por muitas décadas durante a formação do país, sabemos que o racismo estrutural faz parte do cotidiano dessas famílias. Além disso, não podemos ignorar que a segregação espacial urbana na realidade é uma segregação racial, portanto, não é coincidência que somados as auto declarações de pretas e pardas o percentual numérico seja superior a 80% do total da população na área ameaçada de remoção. Pelo contrário, a vivência de pretos e pardos em condições de vulnerabilidade segue um padrão genocida, frequentemente apoiado por uma política de Estado (PIRES e FLAUZINA, 2020). Nenhuma possibilidade de educação, nem de acesso à moradia foi oferecida a esses sujeitos, perpetuando a exclusão social que as pessoas negras sofrem até hoje.

Diante da ausência total de informações sobre essa comunidade nas instâncias públicas, essa pesquisa social foi fundamental para mostrar que a demolição de uma casa não se restringe à demolição da benfeitoria. São famílias, mães solo, crianças e idosos que terão suas vidas destruídas por causa de uma intervenção estatal sem projeto para a área.

Por fim, destacamos que a riqueza desse trabalho vem igualmente da abordagem interdisciplinar da equipe. Temos arquitetos/as, urbanistas, geógrafos/as, advogados/as e antropólogos/as trabalhando juntos.

3. CARTOGRAFIAS EM CONFLITO

Os mapas produzidos coletivamente pela população de uma comunidade sob ameaça de remoção não devem ser entendidos apenas como uma mera representação do espaço, mas como "(...) uma descrição discursiva dos costumes, dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos e das lutas e suas perspectivas. Trata-se de um documento descritivo da comunidade por meio de discursos, imagens fotográficas, mapas e histórias" (PINTO; WANDERLEY, 2012, p. 208).

Ligado a essa ideia, Acselrad (2012, p.5) defende a produção coletiva de mapas como uma prática que integra "(...) as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais". Na Comunidade da Linha, as primeiras experiências de mapeamento coletivo realizadas pelos moradores aconteceram, no ano de 2022, com o apoio dos estudantes extensionistas do projeto "A Linha do Trem e a Linha da Vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife, PE", que pertence ao Laboratório Espaço e Política da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao longo desse período, foram executadas três atividades de mapeamento coletivo. A primeira teve como objetivo reivindicar os direitos básicos garantidos pelo poder público e a interação do povo com algum tipo de poder sobre o planejamento das cidades e a forma como elas são pensadas. A segunda atividade teve como finalidade representar, no mapa, o cotidiano dos moradores como uma forma de defender as vidas que habitam esse território. E a terceira atividade foi pensada com o objetivo de compreender como as histórias de vida dos moradores se conectam a partir da luta coletiva vivenciada por eles durante esse longo período sob ameaça de despejo.

Mapa atividade 2

Mapa atividade 03

Enxerga-se, na prática da cartografia social, como a conexão entre os moradores e moradoras e o sentimento de pertencimento ao território se fortalecem à medida que a história deste espaço e dos que o ocupam é compartilhada. A defesa do direito ao território e das histórias das famílias moradoras da comunidade "(...) não é

uma defesa do apego, mas uma defesa daquilo que há de mais natural à vida: o movimento e a liberdade" (QUEIROZ, 2021, p.102).

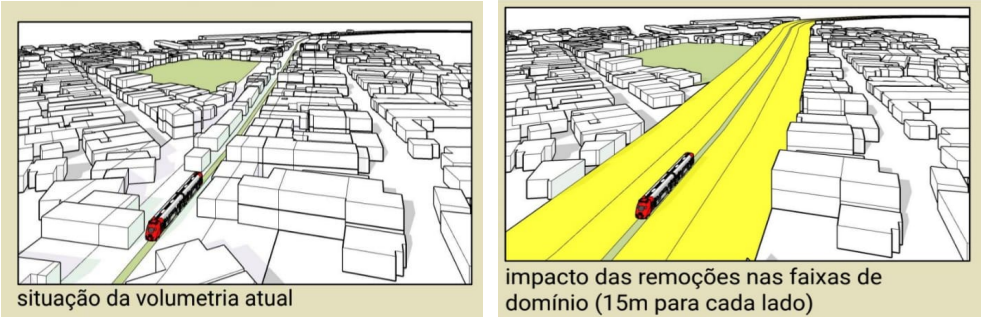
A partir dessas experiências de mapeamento coletivo não-estatal, entende-se, que a cartografia social não se limita a uma simples coleta e representação de dados, mas é uma possibilidade de produzir novas perspectivas sobre um determinado território a partir da visão de quem o habita. De outro modo, a cartografia social, em um contexto de conflitos, disputa e ameaças, se apresenta como uma formação e prática política que dá voz aos grupos, que ao longo da história, tiveram sua palavra negada.

4. ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR: REFLEXÕES E DESAFIOS

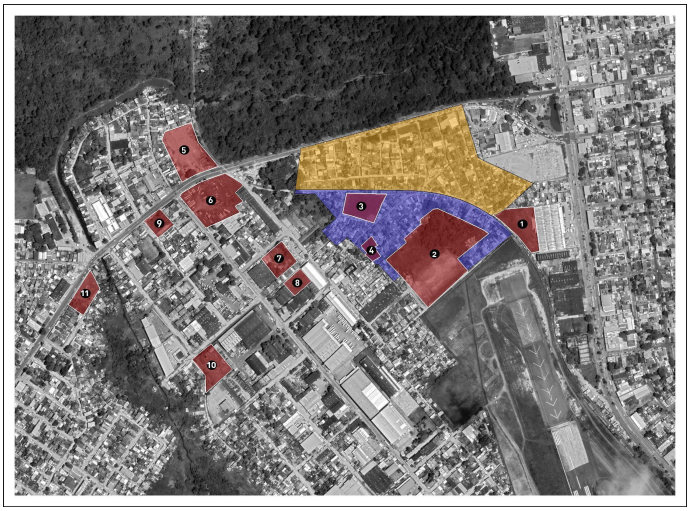
Ao longo do projeto, surgiram algumas dificuldades, como por exemplo o tempo para a execução das atividades e a integração dos moradores nessas tarefas. Foram poucos os que, de fato, se envolveram e participaram com frequência das reuniões e oficinas. Nesse sentido, vale ressaltar que as questões, que se revelam, em um contexto de disputa cartográfica, não se limitam aos interesses do Estado e de grupos dominantes em relação à representação territorial. Mas envolvem, também, os conflitos existentes no interior da própria comunidade.

Esses conflitos presentes entre os moradores além de interferirem diretamente na organização interna da comunidade, também vão influenciar nos produtos, que deveriam ser produzidos coletivamente, para a defesa do território, muitas vezes podem ficar limitados à representação da forma como os mais presentes, nas atividades, enxergam a comunidade. Muitas vezes, as comunidades ainda não são tão organizadas politicamente e diante do susto de remoção precisam se organizar de maneira imediata. Assim, a assessoria técnica popular leva para o território um acúmulo incorporações de experiências bem sucedidas em outras comunidades com problemas parecidos, bem como articula redes institucionais e mobiliza parceiras.

Além disso, alguns produtos fruto do trabalho da assessoria técnica popular foram apresentados ao poder público em mesa de negociação e incorporados ao processo judicial em trâmite, como exemplo os cenários alternativos ao conflito urbano fundiário entre a FTL e a Comunidade da Linha, construídos com uma metodologia que visa o intercâmbio de saberes entre as assessorias técnicas às famílias ameaçadas de despejo.



Mapa de terrenos vagos no entorno imediato da Comunidade da Linha.



Fonte: PEI

5. REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ 2010.

CAUS, CPDH et al. Relatório de Pesquisa Social - A Comunidade da Linha Resiste/Sítio Santa Francisca. Recife, 2021.

FBSP. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

IDMC. Internal Displacement Monitoring Centre: displacement data. 2017. Disponível em: https://www.internal-displacement.org

IPEA e FBSP. Atlas da violência. Rio de Janeiro, 2018.

MELO, Luan; GALERA, Izabella; MOURA; Alice et al. Plano Emergencial de Incidência. 2021. Disponível em:

https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/plano_emergencial_incidencia_comunidade_linha

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, p. 363–377, Dez 2016.

O GLOBO. Assassinatos de mulheres trans e travestis sobem 13% durante a pandemia. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/celina/assassinatos-de-mulherestrans-travestis-sobem-13-durante-isolamento-social-diz-pequisa-24411415

ONU. Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19. Informe v2, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf

PINTO, Raquel Giffoni; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Memória e Resistência: a experiência do mapeamento participativo da comunidade Quilombola de Linharinho, Espírito Santo. IN: Acserlrad, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ 2010, p. 195 - 220

PIRES, Thula; FLAUZINA, Ana. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 2, p. 67–85, 2020.

b QUEIROZ, Ana Luisa. Onde o direito de sair é irmão do direito de ficar. IN: Teias de luta: narrativas deministas em resistência aos megaprojetos. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Rio de Janeiro, RJ. 2021, p. 99 - 104

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2017. Boi tempo.

SASKIA, Sassen.Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy. 2014.

SANEAR. Atlas de Infraestrutura e Comunidades de Interesse Social do Recife. Prefeitura do Recife, 2014.

SCOTT, Parry. Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. 2009. Editora Universitária da UFPE, Recife.